
Intelectuais católicos no século XX: Os mais ativos no Brasil

Airton de Souza Chrispim

Mestrando em Educação do PPGE sob orientação do Prof^o Dr. Paolo Nosella da Linha de Pesquisa História e Teoria do Trabalho docente e do Educador Social.

O presente trabalho expõe a formação dos intelectuais Católicos do século XX. Em nossas pesquisas percorremos todo um período de transformação da constituição política e econômica brasileira. As nossas análises resultam de uma investigação bibliográfica de alguns destes intelectuais e a formação de suas ideias, junto ao contexto social. O ponto central é a fundação da revista 'A Ordem' e a fundação do instituto Dom. Vital.

Palavras chaves: História e historiografia da educação. Educação Católica. Formação de projetos pedagógicos para a Educação Brasileira.

The present essay exposes the graduation of Catholic intellectuals from twentieth century. In our researches, we go through a period of transformation on political constitution and Brazilian economy. Our analysis result from a bibliography searched from some of these intellectual persons and formation of their ideas added to a social context. The main point is the releasing of magazine "The Order" and the foundation of Institute Dom Vital.

Key words: History and Historiography of Education. Catholic Education. Foundation of teaching projects to the Brazilian Education.

Origem

Os historiadores denominam de República Velha a fase da proclamação de 1889 ao golpe de 1930, período político do país dominado exclusivamente pelas oligarquias rurais estaduais, com ocasionais insurreições de alguns grupos ligados às forças armadas. Em sua estrutura, o mundo da política brasileira atuava em torno dos partidos estaduais e das disputas locais. As divergências entre as facções das oligarquias, em diversos níveis, geram as disputas em torno das eleições presidenciais.

A proclamação da República no Brasil é um reflexo resultante das conseqüências de um longo processo anterior, cujas tensões e complexidades explodem no período ministerial de Ouro Preto. Os episódios e acontecimentos a serem pontuados são: as tendências federalistas, movimento republicano, crises religiosas, questões militares, problemas escravagistas, sucessão imperial, predomínio político de uma aristocracia decadente, ascensão de novas camadas oligárquicas, urbanização e a lenta renovação das instituições do Império.

O advento da República é resultado das idéias de parcela da sociedade. Assim, observamos com clareza a ação de um setor social, formado de civis e militares; esses últimos, em uma ação rápida, assumem imediatamente as rédeas do poder, organizando a administração política para governar o Brasil.

O programa positivista sugerido junto ao governo, instituído no país no dia 15 de novembro de 1889, foi em grande parte rejeitado pelos novos governantes; esses representavam ainda as idéias da oligarquia militar do país que não pretendia em seu novo papel abandonar as propostas realizadas por seus antecessores.

A ditadura militar é instaurada, não concedendo uma autonomia real aos Estados membros, tanto reivindicada. A consolidação da política republicana acontece somente após o fortalecimento da estrutura administrativa do governo provisório, utilizando de medidas concretas nas ações dos Ministros que passam a utilizar principalmente das novas leis referentes aos seus poderes instituídos. Assim, coube aos ministérios assumirem as práticas das iniciativas políticas administrativas e legislativas do novo governo:

Enquanto as ações de Rui Barbosa levantam oposição interna e externa, as de Campos Sales, na pasta da justiça, recebem a aprovação do Ministério. Vários decretos partem desse Ministro, como o do casamento civil obrigatório, da secularização dos cemitérios, da separação da Igreja do Estado, da organização da Justiça Federal e outros. [...] para Campos Sales, em matéria de religião, as reformas devem ser radicais ou então nada fazer-se; o decreto de 24 de janeiro de 1890 é seguido pelo de 26 de junho do mesmo ano, de autoria do próprio Campos Sales que, diante da rebeldia do clero católico, com atos de acentuada oposição e resistência à execução do mesmo decreto, celebrando o casamento religioso e aconselhamento a não observância da prescrição civil impõe a celebração do ato civil antes do religioso (pelo primeiro decreto a ordem depende da vontade dos cônjuges); o padre que transgredir a lei pode até mesmo ser preso". (CARONE, Edgar 1974 p12)

No período de reconstrução das várias representações sociais que configuram a nova comunidade social, com o nome de República Velha ou Primeira República, dirigimos nossos olhares aos constantes conflitos e mudanças ocorridas no período, pois, a compreensão desses promove o entendimento do regime instituído no país. Destacamos:

- Elevação do novo setor urbano industrial que acompanha e enumera crises do setor agrário de produção de café, aclamando a modernização dos meios de transportes e comunicação, construindo ferrovias, telégrafos, abrindo estradas etc.;
- Processo produtivo do capitalismo mundial sem controle, com origem em uma base inescrupulosa, que busca mercados consumidores, ocasionando o conflito da Primeira Guerra Mundial;
- Introdução de um novo elemento social no país, originado através da imigração, proporcionando uma ampla diversidade social, cultura e étnica.

O Término do padroado acompanha o modo o novo processo de organização entre o Estado e Igreja, conduzindo a laicização das instituições e da sociedade, com destaque ao sistema escolar público (decreto n.119/1892). Esse processo ainda oferece argumentos para o movimento de reação por parte da Igreja católica a fim de resguardar o seu domínio e a sua orientação no setor da instituição educacional. Assim, frente às idéias modernistas e secularizantes, a igreja católica empreende um projeto de reforma, utilizando em seu processo educacional a disseminação de uma pedagogia de cristianização através do ensino religioso, desencadeando um movimento junto à sociedade

a seu favor forma a instalação no programa de ensino das escolas públicas.

O novo regime republicano assume a convicção em um poder regenerador para sociedade: a educação. Por meio deste conceito, surge como possibilidade a construção de uma nova ordem social. Segundo os professores Carlos Henrique de Carvalho e Wenceslau Gonçalves Neto o diferencial maior em relação ao Império estaria no sentido nacional, na prática do civismo, na difusão da cidadania e no aprimoramento da força de trabalho (Cf. RIBEIRO, M L S. 2005, p266)

Em sua prática de ação política, o novo regime de governo centra as ações políticas na organização de um modelo de educação, no interior da ideologia republicana, onde ocorrerá uma verdadeira luta pelos ideais da educação. A disputa percorre todo o período da Primeira República brasileira. Com o novo modelo educacional proposto seria possível alfabetizar a população e também estabelecer as bases da nação, consolidando o regime e formando uma mentalidade voltada para o trabalho, a ordem e o progresso. Em seus escritos, o professor Paolo Nosella afirma:

[...] o modelo de escola brasileira republicana (1889 – 1930) assume o papel de democratizar a educação escolar. A primeira República sabe-se, pretendeu principalmente democratizar o ensino primário. Conseguiu ser vitoriosa? Para ser otimista, diríamos que conseguiu uma vitória parcial, mutilada. A política educacional da primeira República, de um lado, foi vitoriosa porque universalizou no Brasil a idéia de uma rede de ensino primário público, gratuito e laico criando um sistema

escolar apropriado (Escolas Normais e Grupos Escolares); de outro lado, porém, o sistema criado foi insuficiente e insensível ao mundo do trabalho. Por isso, qualificamos essa vitória com o termo 'mutilada'. (NOSELLA, P. 2002, p46)

Ao buscarmos entendimento sobre o debate político ocorrido na sociedade no período, percebemos o discurso sobre educação, não apenas como privilégio dos republicanos, mas também como ação ampla do movimento intelectual da sociedade brasileira: homens de letras, jornalistas, políticos, padres, ministros evangélicos, proprietários de terras e homens do povo, esses debateram os seus interesses sobre os rumos da escolarização da sociedade brasileira. A professora Maria Hilsdorf escreve sobre a proposta republicana:

[...] ser oferta emancipatória, na medida em que a escola era pensada como parte de uma totalidade, de um projeto político que se antecipava às reivindicações de outros setores da sociedade; ser dualista, pois, embora fosse preciso fornecer ensino a toda sociedade; ser preocupada com a extensão da escola elementar, reivindicando a alfabetização das massas. Assim, o projeto republicano pensa e oferece a escola nos moldes dos cafeicultores, antes que outras diferentes camadas sociais a reivindicassem nos seus próprios moldes; propõe ensino elementar e profissional para as massas e educação científica para as elites 'condutoras do processo' e reivindica am-

pla educação popular. (HILSDORF. M L S, 2007, p. 61 e 62).

Na fase anterior ao advento da República, o papel da Igreja católica junto ao Estado não decorre enquanto consequência do contexto social histórico ou por meio das formulações intelectuais de seus quadros eclesiásticos, mas sim de um processo de articulação, somado ao conjunto de alianças, com o aparelho de Estado. Com a proclamação da República se inicia um novo momento para a instituição católica. A Igreja passa a ser independente do Estado, entra na luta para construção e edificação de ações em direção à legitimação da "religião católica para sociedade brasileira", utilizando apenas sua própria força:

A submissão ao poder civil é reconhecida pelos próprios membros do clero, tão entranhado é o espírito regalista, origem de questões que se arrastam ao longo do império, em que a religião é sempre vencida, em que se impõem os elementos leigos. Com a República temos a separação dos dois poderes, vista até pelos católicos como benéfica. Daí dizer-se que só então começa a autoridade da Igreja, sua independência que é reclamada desde a questão que envolveu dois bispos e marcou o ápice da tensão entre as forças. (IGLESIAS, F. 1981, p131)

O medo proporcionado pelo processo de laicização do Estado, a presença do pensamento positivista, nos primeiros anos da República, oferece o estímulo para formação de consciências da Igreja. Essa necessitava organizar as suas ações perante a maneira de agir e pensar. As

provas do fracasso momentâneo da Igreja estão situadas na incapacidade de qualificação para a produção intelectual. Não devemos deixar de lembrar, os grupos expressivos de intelectuais inseridos na sociedade brasileira são positivista, evolucionistas ou apenas indiferentes:

Se alguns escritores se distinguem na luta pelo fortalecimento da fé, contra os positivistas, liberais indiferentes e maçons, não tem maior repercussão, pois, [...] não criam escola; nenhum deles – um Carlos de Laet, um Eduardo Prado, um Felício dos Santos, um Afonso Celso – tem idéia muito clara do que se deve fazer: falta-lhes formação filosófica mais segura e consciência, na denuncia do que lhes parece errado, de acordo com o gosto muito comum dos escritores católicos por esse tipo de disputa. O catolicismo continua a ser vaga religiosidade, epidérmico, sem consistência, apegada a exterioridade e convenções. É mínimo o numero de padres e baixo o nível intelectual [...] (IGLESIAS, F. 1981, p. 132)

Em um cenário diferenciado da organização política do Império, a sociedade brasileira passa a uma nova configuração; a vida urbana e o mundo operário oferecem um novo momento histórico e político. O avanço do liberalismo e da visão positivista caracteriza os pensamentos e ações produzidos em direção a nova realidade política social, distante da instituição Católica. No mesmo período histórico ocorre o crescimento do protestantismo, do espiritismo, do socialismo e de novos valores sociais (aceitação do casamento civil e educação laicizada), esti-

mulando os setores da Igreja Católica em busca de uma reação, oferecendo uma resposta ao novo contexto da sociedade brasileira.

Os intelectuais católicos imbuídos da intenção de trazer luzes a um melhor entendimento deste objetivo da Igreja situam o inicio de seu trabalho de “re Cristianização” da sociedade brasileira, por meio da atuação em dois setores: 1) o setor intelectual – que perante a fundação do centro Dom Vital (1922), ocupa o papel de organização da Igreja e possui também a responsabilidade de agrupar e formar intelectuais identificados com o ideário construído por meio das produções de Jackson de Figueiredo; 2) O setor de ordem social – pastoral, Liga Eleitoral Católica (LEC), Ação Católica Brasileira (ACB) e Círculos Operários (CO) visando o estabelecimento de equilíbrio no relacionamento entre Igreja, Estado e Sociedade:

Dentro dos quadros da hierarquia da igreja, se no Império se verificou a reação dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa – lúcidos e conscientes, sobretudo o segundo -, tem-se agora a atividade de outro bispo de Olinda, Dom Sebastião Leme, que inicia ação de ressonância com uma pastoral em 1918; pouco depois transferido para o Rio, elevado a cardeal, pode exercer influência muito mais extensa e profunda, tornando-se o animador das atividades leigas de ação católica. Jackson de Figueiredo terá nele auxiliar decidido. (IGLESIAS, F. 1981, p. 133)

Se, por um lado, a laicização do Estado pode ser considerada uma derrota para Igreja Católica, de outro lado, se percebeu o forta-

lecimento da Igreja Católica pela unidade da doutrina e autonomia exercida diante do poder político instituído na República.

Jackson de Figueiredo Martins

Um ideal a ser construído se inicia sempre com as idéias de um homem; em nosso caso devemos perceber como Jackson de Figueiredo Martins agiu frente ao pensamento reacionário, dando um norte à cultura educacional católica. O intelectual maior do pensamento católico no Brasil nasceu em Aracaju, Sergipe, no dia 9 de outubro de 1891. Cursou Direito na Faculdade Livre de Direito da Bahia, posteriormente foi morar na cidade do Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão de jornalista e professor, dirigindo sua produção intelectual ao universo da política, principalmente em defesa dos interesses da Igreja Católica:

O estudo da obra de Jackson de Figueiredo, procurando situar principalmente a sua repercussão, é tema que pode oferecer perspectiva para o entendimento do Brasil hoje. Está aí uma das fontes de influências no quadro intelectual do país. Homem possuído por suas idéias, vivendo freneticamente, Jackson Figueiredo é exemplo de autenticidade em campo onde ela é rara, pela sofisticação comum no domínio da inteligência. Se sua obra não é rica de colocações originais ou profundas, se lhe falta a densidade de pensamento ou a beleza de expressão, impõe-se pela audácia e pelo tom exaltado em meio morno como o brasileiro, pela capacidade de

sacudir os adeptos que abraçou e de irritar, pela provocação, o adversário". (IGLESIAS, F. 1981, p. 109)

A produção intelectual de Jackson Figueiredo representa um papel de grande importância junto à sociedade quando está assumindo suas idéias. O movimento reacionário por ele sugerido revigora as ações de uma parcela ponderável dos intelectuais da vida nacional.

Segundo Iglesias:

Pode-se fazer a história do catolicismo no Brasil antes e depois de Jackson de Figueiredo, pois ele é ponto de referência obrigatória. Exatamente a repercussão é que lhe dá interesse a figura e ao que escreveu: fundou o centro Dom. Vital e a revista A Ordem, atuando de modo aberto e intenso na política do país, de modo a marcar posições, transforma o catolicismo em força viva, pela convocação dos correligionários e pelo proselitismo. (IGLESIAS, F. 1981, p. 110)

As idéias produzidas por Jackson de Figueiredo são uma forma de ilustração do pensamento Católico; expressa em grande parte a opinião da sociedade brasileira. Suas posições articulam o processo de defesa da ordem, da tradição, contra a calamidade revolucionária, em seu entender expressa nas idéias do liberalismo ou do socialismo. A produção intelectual de Jackson de Figueiredo Martins é direcionada pelos pensamentos dos autores, Henri Massis, Auguste Viatte, Charles Maurras, Joseph de Maistre,

Louis Veillot e os ideólogos da Action Française ou do Integralismo Lusitano, como Antônio Sardinha. (IGLESIAS, F. 1981, p. 110)

O pensamento reacionário pode ser reconhecido também como tradicionalista ou restaurador, que ignora ou quer negar o processo dialético da história:

[...] vê a realidade de maneira ilídica, perfeita e bela, que não deve ser alterada. Negando-se a aceitar ou não reconhecendo o movimento, pensa em termos de uma filosofia que supõe eterna, livre do tempo ou do ambiente. Como a realidade que lhe é dado a viver não é a que idealizou, condena como erro, desvio da verdade, loucura dos homens. E passa a combatê-la, a fim de restaurar o que lhe parece certo. Para ele, é absurdo a pretensão de igualdade, uma vez que os homens são naturalmente desiguais; existe então uma hierarquia, com diferentes atribuições e cada um, em sociedade em que há os que mandam e os que obedecem. Os movimentos pela liberdade parecem-lhe não só perigosos como falsos, fruto de ótica viciada, vistos antes como libertários, libertinos ou liberticidas. (IGLESIAS, F. 1981, p.112)

As formulações do pensamento reacionário resultam de uma concepção ideológica, onde um estado de coisas parece encerrar toda verdade, assumindo uma face conservadora. É reacionária, pois o mundo real não apresenta esse estado de coisas, promovendo diante a situação

uma luta, sugerindo como resposta a volta ao passado:

[...] no culto da tradição, dos elementos que informam o processo de uma cultura, de um povo ou de uma nação, a ideologia volta-se para a história, a qual atribuiu valor por vezes absoluto; não reconhecendo a mudança, entretanto, nessa visão estática, é anti-histórica. O tradicionalismo é romântico e falso; na suposição de uma verdade eterna, imutável, é anti-histórico, pois desconhece o fluxo, que é a própria essência da história. (IGLESIAS, F. 1981 p.112 e 113)

Os pensadores reacionários ou da tradição fundamentam seus princípios ideológicos nos dogmas religiosos. O sustentáculo da ordem é o pensamento da Igreja Católica, coordenando as ações da sociedade através de noções hierárquicas. O período indicado como ideal a essa concepção é a Idade Média, onde os princípios de valores regem o respeito às autoridades, à nobreza e o heroísmo, sendo impossível encontrar essas relações no período histórico posterior. Os intelectuais reacionários assumem a recusa ao novo, não aceitando a transformação social, onde o quadro histórico possui movimento e se altera. Em sua visão, o mundo percebido perdeu o rumo, estando próximo do fim. A igreja é a guardiã da 'ordem e da moral'.

O ano de 1921 marca a vida e a luta de Jackson de Figueiredo em prol do catolicismo. Com a ajuda de Hamilton Nogueira, Perilo Gomes e Durval de Moraes funda a revista 'A Ordem'. Em agosto de 1921 foi editado o seu primeiro número, revista modesta de 32 páginas, papel regular, disposição de coluna de jor-

nal. Nesse primeiro numero o editorial escrito por Jackson de Figueiredo oferece o resumo do programa a ser seguido pela ferramenta ideológica católica.

[...] Esta modestíssima revista, desejando ter um lugar entre as publicações mais radicadas à doutrina da Igreja Católica, Apostólica, Romana, não aspira, entretanto, a ser oficial ou oficiosamente a palavra da autoridade católica na mais importante das arquidioceses brasileiras. [...]

[...] Tudo quanto for aqui publicado é de exclusiva responsabilidade de seus redatores, a quem, unicamente, deverá ser imputado, pelos inimigos da igreja, tudo quanto lhes parecer dureza ou ofensa em nossa maneira de doutrinar ou de combater os seus erros. Outros também que unicamente a nós deverão dirigir reparos ou ápodos são os próprios católicos que em grande maioria, adotaram, no Brasil, todas sutilezas do mais nefando espírito acomodatício, de que tem resultado que sejamos, desde os tempos da monarquia, uma irrisão política e social aos nossos próprios olhos, a mais triste, mais lamentável e ineficiente das forças militantes da história contemporânea de nossa pátria. [...]

[...] Do que já temos dito bem se pode inferir que esta revista não trará somente ao nosso meio social a pagina serena de apologia ou documentada defesa do nosso credo religioso. Ela será também de combate aos erros do

momento – erros que nem só os inimigos da Igreja cometem – e de aplauso às conquistas reais da ação social e política do catolicismo no seio da nação brasileira. [...]

[...] Amando ardentemente as tradições cristãs, que herdamos da nossa ascendência européia, não concorreremos nunca para um movimento de ódio contra o estrangeiro europeu, seja ele de que nacionalidade for, mas isto não impedirá que tudo façamos para que a direção intelectual e política da nação tenham caráter positivamente brasileiro. È preciso que em todos os domínios da nossa vida se faça sentir a autoridade do espírito nacional. (MARTINS, J F. 1921, nº 1)

Em seu primeiro numero a revista “A Ordem” contou também com a presença e publicação dos artigos de: Perilo Gomes, “A Igreja e a Escravidão”; Hamilton Nogueira, “O Espiritismo e a Ciência”; Durval de Moraes publicou várias poesias de temáticas cristãs. Jackson assina um capitulo de um ensaio sobre Afrânio Peixoto. Faz alusões ao perfil de Dom. Sebastião Leme, destacando as suas virtudes e enaltece sua atuação frente à Arquidiocese de Olinda.

O objetivo do grupo era levar suas idéias aos pequenos grupos de intelectuais espalhados por todo Brasil, atrair, nos vários centros da nação, divulgadores destes ideais. No período a revista “A Ordem” se tornou o principal veiculo de difusão das posições católicas. Essas posições no campo educacional se expressaram na forma de pressão para o restabelecimento do ensino religioso nas escolas publicas e a difusão de um ideário pedagógico.

“A Ordem” passou a ser a forma de expressão da ideologia católica, houve também nesse contexto a publicação de livros didáticos para o uso nas escolas públicas, com também para a formação de professores.

Para o professor Saviani o movimento de reação católica é:

[...] resistência ativa por quem não se limitou a manifestar suas discordâncias, críticas e observações, alertando para as conseqüências negativas da situação então instaurada, o que lhe conferia um caráter passivo não indo além do exercício do direito de discordar. Para além desse limite, o processo de mobilização da Igreja católica preencheu as duas condições que defini caracterizar a resistência ativa, a saber: a) quanto à forma, a exigência de que a resistência se manifeste não apenas individualmente, mas por meio de organizações coletivas; b) quanto ao conteúdo, a formulações de alternativas às medidas em vigor. (SAVIANI, D. 2003, p.179 a 180)

Cabe destacar, “A Ordem” teve seu período de glória e de maior equilíbrio financeiro após a morte de Jackson de Figueiredo. O seu principal organizador morreu no dia 04 de novembro de 1928 um acidente: foi levado a morte por afogamento. Tristão de Ataíde foi o seu substituto e entre altos e baixos conseguiu atingir uma estabilidade e um bom nível nas publicações, com base nos colaboradores existentes e outros que arregimentaram as fileiras do movimento de reação. A Ordem tomou formatos diferentes ao longo do tempo, na distribuição da matéria de conteúdo, etc.

“A Ordem” desde o seu início, com diferentes tônicas, é o acompanhamento analítico da ação da Igreja no Brasil e no mundo. Comenta fatos políticos mais importantes, nacionais e internacionais, e a repercussão entre nós, através dos artigos de elementos do clero e do laicato. (FERNANDES, C A F. 1989 p. 333)

Dom. Sebastião Leme da Silveira Cintra

Em 1922 sobre a liderança de Dom. Sebastião Leme é inaugurado o Centro Dom. Vital. O nome dado ao centro faz referência aos protagonistas da ‘questão religiosa’ ao lado de Dom. Macedo Costa, bispo de Belém. No mesmo ano de 1922 também se fundou a Confederação Católica que posteriormente passou a se chamar Ação Católica Brasileira. Para Dom. Sebastião Leme o Centro Dom. Vital significa “a maior afirmação de inteligência cristã em terras do Brasil” (Casali, A M D. 1995, p 155)

O órgão de representação católica tinha o papel de agrupar e organizar as ações dos intelectuais leigos. A educação para este organismo deveria ser pensada de forma estratégica. Os católicos agindo organizadamente junto ao Centro Dom. Vital formou o maior e principal núcleo de idéias pedagógicas a resistir ao avanço das idéias novas, debatendo e formulando intelectualmente em oposição aos renovadores

Em suas notas no caderno cárcere, no início de 1930, Antonio Gramsci escreve:

A Igreja, em sua atual, em virtude do impulso proporcionado pelo Papa da Ação Católica, não pode contentar-se apenas em formar padres; ela alme-

ja permear o Estado [...] e para isto são necessários os leigos, é necessária uma concentração de cultura católica representada por leigos. Muitas personagens podem se tornar auxiliares mais preciosos da administração etc., do que como cardeais ou bispos. (GRAMSCI, A. 1989, p 308)

O Cardeal Dom. Sebastião Leme da Silveira Cintra nasceu em Espírito Santo do Pinhal, no estado de São Paulo, em 20 de janeiro de 1882. Iniciou os seus estudos no Seminário Menor Diocesano de São Paulo e posteriormente no Colégio Pio Latino-Americano, em Roma, onde se ordenou sacerdote. Doutor em Filosofia e em Teologia foi pro vigário geral da Diocese de São Paulo.

Em 1916, assumiu a Arquidiocese de Olinda, atuou intensamente e criou polêmicas. A sociedade de Olinda e parte do clero questionaram várias de suas atitudes. As campanhas de donativos em todas as paróquias, durante as reformas na Catedral Metropolitana e do Palácio da Soledade (sede da arquidiocese), a venda deste último prédio aos jesuítas e a aquisição de um edifício menor para abrigar a sede, são algumas destas polemicas. O seu bispado assumiu a defesa da instrução religiosa, firmando com o Governo do Estado um acordo para a introdução do ensino de Religioso nas escolas públicas. Organizou também em seu governo centros de catequese. Criou a Confederação Católica Pernambucana, a Comissão da Santificação da Família e a Obra das Vocações Sacerdotais. Permaneceu em Pernambuco até 1921, quando foi nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro.

Dom. Sebastião Leme, após sua transferência para o Rio de Janeiro assumiu a liderança do movimento católico brasileiro, declarando

guerra à postura omissa dos feis, perante os interesses da Igreja. Em suas ações, arregimentou junto aos segmentos sociais, intelectuais para as causas cristãs. O primeiro grande ato de mobilização dos católicos brasileiros foi sua Carta Pastoral, ainda no bispado de Olinda, quando escreve um plano de ação, alimentando o pensamento do padre Júlio Maria.

Em 1930, é promovido à condição de Cardeal. Durante o Governo Vargas, procurou ficar neutro no campo político, embora cooperasse com os dirigentes políticos e em caso de necessidade buscava apoio desses para suas obras religiosas. É o mentor e fundador da Liga Eleitoral Católica (LEC), a Ação Católica Brasileira (ACB), pensou o programa de ensino religioso no então Distrito Federal. Conduziu ainda a abertura das faculdades de Direito e de Filosofia, instaladas, oficialmente, em 1941, embrião da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Palavra que deve ser Meditada

Dom. Sebastião Leme

[...] os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade.

[...] Leigas são as nossas escolhas, leigo o ensino. Na força armada da república, não se cuida de religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica.

[...] È evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, COMO NAÇÃO, NÃO TEMOS E NÃO VIVEMOS VIDA CATÓLICA. Quer dizer: - somos uma maioria que não cumpre os seus deveres sociais.

[...] Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo máximo de formarmos UMA GRANDE FORÇA NACIONAL, MAS QUE NÃO ATUA E NÃO INFLUI UMA FORÇA INERTE. SOMOS, POIS, UMA MAIORIA INEFICIENTE.

[...] Eis aí o grande mal. Grande mal, não há dúvida, porque importa no menosprezo inadmissível dos nossos deveres para com Deus, a sociedade a pátria, deveres religiosos e sociais.

(Trechos da carta pastoral de 1916, no 1º número de *A Ordem* 1921.) (Cf. MARTINS, J F. 1921. 1º 1921)

Com a criação do Centro Dom. Vital, passa a existir uma fonte de influência espiritual nas camadas intelectuais da sociedade brasileira. A função do centro era atuar a favor do projeto do Episcopado Brasileiro e promover a consolidação desse movimento intelectual, oferecendo o acesso às doutrinas da Igreja junto aos seus ideais, oferecendo a estes a prática social. Em uma segunda iniciativa temos a Confederação Católica, com o objetivo de reunir o laicato para a ação comum. A confederação era uma escola de formação de líderes, constituída por meio de

ligas. Suas ações eram disseminadas por todo Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde)

A revista 'A Ordem' foi o instrumento de prática de ação movimento cultural católico brasileiro, evoluindo em direção da Neo-Escolástica e do Neotomismo, seguindo a orientação do pensamento de Jacques Maritain.

Alceu Amoroso Lima (1893-1983), conhecido como "Tristão de Athayde", após a morte de Jackson de Figueiredo em 1928, assumiu a liderança do laicato brasileiro. Tanto na direção do Centro D. Vital, como a frente da produção intelectual da revista *A Ordem*, a partir dessa nova liderança sofreu modificações qualitativas em sua orientação.

Tristão de Athayde é um dos pensadores da universidade brasileira. Para Amoroso Lima a universidade é o mais importante lugar de transmissão e invenção de cultura da nação. O espírito universitário, resumidamente, para o pensador católico é:

- 1) a crença na existência de uma hierarquia de valores que sustenta a filosofia, a sabedoria, a ciência, a técnica.
- 2) a "unidade e transcendência" – logo, deve estar acima das demais, cuja função é fazer laço profundo dos diversos cursos e atividades do pensamento. Tal como a própria palavra "universidade" sugere "universo dos saberes", o espírito universitário não deve se render à fragmentação desse todo em especialidades;
- 3) o "espírito universitário" é o que visa formar o ser humano em "pessoa integral",

universal e dedicada à vida moral. (Lima, Alceu Amoroso. p. 46, 1944).

[...] A universidade [portanto] deve estar em sintonia com o espírito do mundo [que naquela época essencialmente era ainda visto como totalidade. (Lima, A A M. 1944, p. 220).

Por meio dos debates entre católicos e liberais para formular uma nova concepção de educação, nos anos 30, o católico Alceu Amoroso Lima interpretava a universidade à frente de um duplo desafio: onde deveriam ser formadas pessoas bem preparadas em cultura geral (pessoas cultas, porém não necessariamente eruditas, isto é, não enciclopédicas, não diletantes ou de saber superficial) e, também, especializadas em algum ramo do conhecimento científico. Acreditava que a pessoa formada nos fundamentos da cultura geral estaria afastada da “tentação do antropocentrismo inumano” e do “super-humanismo” (Lima, A M.1961 p 171), também estaria evitando se render ao vício da especialidade, cujo pecado é levar o profissional a ser um sujeito fragmentado ou alienado em ver a totalidade das coisas.

Como filósofo da educação, sua perspectiva era humanista e otimista, pois acreditava na transformação da sociedade a partir de uma educação integral da pessoa humana. O fim último da educação haveria de elevar o indivíduo a ser uma pessoa, termo emprestado do cristianismo. Ou seja, a categoria ‘indivíduo’ define-se como é comum ao homem, ao animal, a planta, ao micróbio, enfim, a qualquer ser vivo. A categoria cristã ‘pessoa’ indica a substância e possui algo do divino, tem espírito e é moralmente moldado para ações elevadas.

Portanto, segundo Alceu, a educação deveria ter uma função de acesso, ou seja, elevar o espírito humano ao melhor estado, para este poder se desenvolvido: a sabedoria. A educação ou formação profissional faz a pessoa ser apenas uma “expert” em conhecimentos [científicos] seria uma formação insuficiente e até mesmo anti-humanista. A educação deveria ser “integral”, ou seja, deveria promover a alma humana ao grau mais elevado de cultura, de civilização e sabedoria conquistada pela humanidade

A universidade é onde deve ser conservada a tradição do conhecimento. Mas também é nesse espaço onde o conhecimento precisa estar aberto às renovações, através dos empreendimentos de pesquisas, da aplicação e teste junto à realidade, e das ações diversas no campo das idéias, sempre no sentido de melhorar a humanidade. A universidade, sobretudo, é a instituição comprometida com a Verdade, com a busca da verdade ou com o desmascaramento da mentira. Amoroso Lima se inspirando no tomismo e no aristotelismo acreditava que “a verdade é sempre uma proporção entre extremos”.

A idéia de universidade, proposta por Alceu de Amoroso Lima, ia contra o tradicionalismo do ensino brasileiro, considerado verboso, diletante, superficial, pedante e despreparado para as exigências da nova ordem de produção industrial, no Brasil, desde os anos 30. Fernando Azevedo, de pensamento liberal e marcadamente cientificista, também criticava esse tipo de ensino, porém, sem dúvida pensava uma universidade tecnicista e elitista. Amoroso Lima a criticava como um modelo desumano, anti-holístico, e anti-humanista de universidade.

No contexto, a Ação Católica brasileira tinha como finalidade última formar as camadas leigas da sociedade para o trabalho no

apostolado hierarquizado da Igreja. O vitalismo constituiu um importante movimento político, social e literário com o propósito de desenvolver a cultura católica superior por meio de atividades em diferentes setores, as quais incluíam conferências, grupos de estudo, apostolados diversos, e ainda o sindicalismo cristão. A Ação Universitária Católica tinha como objetivo congregar estudantes universitários católicos, não se resignando ao avanço cada vez maior do comunismo.

Considerações finais

Podemos distinguir dois movimentos na história da Igreja Católica no Brasil. O primeiro é o movimento de romanização iniciado no século XIX, principalmente o papel exercido em sua prática de ação. Dom. Viçoso Bispo de Mariana formula uma proposta de ação com o objetivo de tornar a igreja no Brasil, ligada a sé em Roma. Esse recebe o nome de processo de Romanização da Igreja Católica no Brasil, mas este apenas norteia os nossos estudos.

O segundo movimento tem como marco histórico a mudança de Dom. Sebastião Leme para a diocese do Rio de Janeiro, após a grande agitação ocasionada em sua Diocese recorrente de uma carta pastoral por ele escrita. Assim, Dom. Sebastião assume o movimento denominado de neo cristandade, que vê a participação da Igreja na vida da sociedade como uma forma de influir e transformar a sociedade.

Neste momento, a Igreja Católica no Brasil ligada a um modelo de Igreja conservador, o modelo da cristandade, proposto pelos concílios de Trento no século XVI e Vaticano I, no século XIX, o qual a Igreja Católica enquanto

prática, abranger o mundo, ou melhor, trazer o mundo para dentro de si.

O papel exercido pelos intelectuais católicos, acima referenciados, representou a batalha pela escolarização e suas idéias percorrem o caminho da construção de uma proposta educacional, sugerindo a introdução do ensino religioso nas escolas públicas. Nas análises do professor Nagle, o debate em prol dessas idéias, mudaram o foco das questões a serem resolvidas no período da década de 1920.

Tal como o movimento nacionalista que se ligou ao partido Democrático, houve aqui outra grande restrição no temário educacional. Com o aparecimento do Centro Dom. Vital e de seu órgão oficial, a revista *A Ordem*, a batalha pela escolarização se transformou na luta pela instrução religiosa e pela introdução do ensino religioso nas escolas oficiais. Dessa forma, passa para um segundo plano o problema da difusão do ensino em seus diferentes níveis de modalidades: principalmente, o esforço para incrementar a atuação da escola primária ficou reduzido ao mínimo. Instruir por instruir – argumentou-se – é tarefa ociosa e prejudicial; o que importa é educar, e para que haja educação é preciso impregnar os processos dos ensinamentos da doutrina cristã, católica. (NAGLE, J. 2001, p 141)

Diante estas posições, as instituições de liderança católica sofrem muitas críticas. O principal ataque a Igreja católica foi à acusação de não ajudar nas ações de combate ao analfabe-

tismo, apesar de possuir os recursos e estrutura em sua organização para isso.

A Igreja Católica sempre teve certa supremacia e prestígio na sociedade brasileira diante de suas ações e na elaboração de seus projetos pedagógicos, independentemente de seu conservadorismo, e, em geral, nunca tinha sido questionada pela sociedade, até meados do século XX.

É simplismo pensar, a questão era de caráter econômico, a coisa é bem mais profunda, pois, ali no espaço escolar ela não só educava no sentido formal da aceção laica, mas ao mesmo tempo construía, disseminava e conservava a cultura católica respondendo os objetivos da ação missionária e histórica da Igreja. A partir daí, historicamente as escolas católicas sofreram a concorrência na conquista das consciências com o aparecimento das escolas públicas e no futuro as escolas privadas.

Cabe ressaltar que a ingerência da Igreja sempre se fez presente, mesmo com a perda de sua hegemonia a partir dos anos de 1920, no âmbito das questões educacionais na sociedade brasileira. Querendo ou não, essas intervenções na sociedade e na educação são de direito, independente de tomarem posições conservadoras, reformistas ou revolucionárias, pois há de se admitir até o momento a cultura luso-brasileira, a mentalidade e o imaginário estão fundados na

cristandade católica moldando essa civilização, mesmo com todos os seus contratempos.

Referências

- CARONE, Edgar. A República Velha (evolução política) 2ª ed. Difel – São Paulo – 1974.
- FERNANDES, Cléa Alves de Figueiredo. Forense Universitária – Rio de Janeiro 1989.
- FIGUEIREDO, Jackson de. A Ordem, nº 1, agosto de 1921.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História, 8ª edição, tradução Carlos Nelson Coutinho, Ed. Civilização brasileira – Rio de Janeiro – 1989.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da Educação Brasileira: Leituras, Thomson 2007.
- IGLESIAS, Francisco. História e ideologia. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NOSELLA, Paolo. Qual Compromisso Político? Ensaio Sobre a Educação Brasileira Pós Ditadura. 2ª ed. Revista Ampliada – EDUSEF, 2002.
- Lima, Alceu Amoroso Moreira. Humanismo Pedagógico; Editora Stella, 1944.
- _____. Introdução à Economia Moderna, 3ª ed.; Editora Agir 1961.
- RIBEIRO, Maria lisa Santos. História da educação em perspectiva, Ed. Autores Associados – 2005
- SAVIANI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas, Campinas - Autores Associados 2003.